

Posição do Partido Operário Revolucionário diante das eleições

Em outubro de 2010, estão previstas as eleições para a presidência da República, Congresso e governadores. As duas candidaturas em disputa são a de Dilma do PT e José Serra do PSDB. A candidatura de Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente de Lula, pelo PV, foi posta para arrancar votos de Dilma e favorecer Serra. As esquerdas concorrem com quatro candidaturas: PSTU, PSOL, PCB e PCO. Assim, o quadro é de três postulantes da política burguesa e 4, de correntes que se reivindicam do socialismo. Nas eleições de 2006 disputaram Lula e Alckmin. PSOL, PSTU e PCB constituíram a frente de esquerda em torno da candidata Heloisa Helena do PSOL. O PCO teve a candidatura de Rui Costa Pimenta cassada pela Justiça Eleitoral, sob a alegação de que não havia prestado conta do dinheiro recebido do Estado. Na presente eleição, a tentativa do PSTU de reeditar a frente de esquerda fracassou. O POR defendeu a convocação de uma plenária das correntes que se reivindicam da revolução socialista para se discutir o programa e as candidaturas revolucionárias. Diante da impossibilidade de uma frente programática, decidiu pelo VOTO NULO.

Resolução eleitoral do POR

1. As eleições são um instrumento da democracia burguesa. Têm a função de resolver a disputa periódica entre os partidos da burguesia em torno do poder do Estado. Trata-se de um mecanismo condicionado pela propriedade privada dos meios de produção e pela ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada. Quanto mais perfeita a democracia eleitoral, melhor para a dominação de classe. Reflete o desenvolvimento do capitalismo e da classe burguesa.

Nas condições de crise econômica e de ataque aberto à vida das massas, as frações burguesas se digladiam e projetam a instabilidade nas eleições. Foi o que ocorreu nos inícios de 1960 em que o governo constitucionalmente eleito foi removido por um golpe militar. Como país de economia atrasada e semicolonial, incorporado no domínio imperialista, a democracia sempre padeceu de instabilidade.

A ascensão de Lula à presidência, galgando um partido não orgânico da burguesia, que é o PT, refletiu a fraqueza dos partidos orgânicos, como o PSDB, PMDB, DEM etc. A fortaleza dos partidos da ordem está em sua capacidade de arrastar as massas por trás de sua política eleitoral e de manter seu controle como fator de governabilidade. Nas eleições, as massas sofrem poderosa pressão para se manterem perfiladas aos partidos capitalistas.

2. As eleições deste ano ocorrem em condições de estabilidade política. Lula termina a gestão contando a seu favor com a retomada do crescimento

econômico e com o refluxo do movimento operário, que perpassou seus dois mandatos. As greves do funcionalismo foram fragmentadas e perderam alcance político. O movimento dos sem-terra não avançou. O reflexo da crise mundial no Brasil foi imediato e profundo, mas o descenso econômico e as demissões em massa não se prolongaram. Em fins de 2009, afirmava-se o reanimamento e em 2010 se confirmava a volta do crescimento, estimada para o ano entre 6% e 6,5%, apesar de incidir sobre a base rebaixada pela crise iniciada em setembro de 2008.

O primeiro mandato de Lula foi bombardeado pela oposição, que se aproveitou dos flagrantes de corrupção envolvendo a alta cúpula do PT. No entanto, o continuísmo da política econômica pró-grande capital e os fatores favoráveis da economia frustraram os intentos do PSDB e DEM de derrubar Lula por meio de um impeachment. Já no segundo mandato, os escândalos de corrupção atingiram o PMDB, no Senado, que recebeu apoio de Lula.

Em contrapartida, a oposição foi castigada com o escândalo do DEM em Brasília, cujo governador comandava uma das quadrilhas que habitam o Estado. A movimentação política esteve a favor da estabilidade governamental, embora inúmeros conflitos ganharam proporção de crise, principalmente os que envolveram o Plano Nacional de Direitos Humanos 3. Lula os contornou cedendo à direita oposicionista e aos militares. O quadro econômico favorável permitiu ao caudilho resolver os impasses, caminhando sempre para a direita.

No plano internacional, a administração de Lula é a de coexistência com o imperialismo sem alinhamento. Opõem-se diplomaticamente, em determinados casos, a exemplo do Irã e Haiti, às determinações dos Estados Unidos, sem, contudo confrontá-lo. A bandeira do pacifismo, das saídas negociadas e da aplicação dos acordos internacionais o coloca como esquerda responsável. Na realidade, cumpre o papel de auxiliar do imperialismo em questões espinhosas, como as da Venezuela, Bolívia e Irã. De forma que Lula pôde administrar o capitalismo por cima das frações burguesas e dos explorados, contando para isso com a colaboração da burocracia sindical. Caso pudesse ter um terceiro mandato, não teria concorrente que o atingisse.

3. Os oito anos de estabilidade econômica e financeira, com um interregno de poucos meses de retração, já não podem se reproduzir em seguida. A explosão da crise na Europa continua quebrando forças produtivas, processo iniciado em 2008 nos Estados Unidos. A avaliação de setores do governo de que a crise ficou para trás, está sendo desmentida pela falência da Grécia e pela situação pré-falimentar de vários países europeus.

O fato de a economia brasileira andar na contracorrente das tendências recessivas manifestadas nas potências se deve à política de incentivos ao mercado interno e de favorecimento ao capital externo especulativo. A burguesia vem apoiando as iniciativas de endividamento do Tesouro e da população, em busca de sustentar a lucratividade. Mas essa via se deparará com os limites da crise mundial de superprodução e a necessidade dos capitalistas destruírem maciçamente forças produtivas.

Não se pode determinar o ritmo desse movimento, mas o mais provável é que o governo eleito em outubro não encontrará as condições de estabilidade econômico-financeiras que sustentaram a governabilidade de Lula, ao ponto de lhe permitir montar um dos maiores programas assistencialistas que se teve no Brasil.

Dilma não inspira confiança entre os capitalistas, não devido ao seu passado de militante que participou da resistência armada à ditadura, mas por não expressar as forças políticas da burguesia. Serra não é unanimidade, mas é um político orgânico da classe capitalista. É avaliado como melhor timoneiro em caso da crise mundial arrastar o Brasil e mudar o quadro político do país. Certamente, a candidata lulo-petista conta com apoio de importantes grupos econômicos cujos negócios dependem do Estado, como é o caso das empreiteiras que se locupletam com programas, como PAC.

Mas estrategicamente o ex-governador de São Paulo e representante do PSDB é a melhor via segundo as necessidades da burguesia. O fato do Estado de Minas Gerais, governado por Aécio Neves, unir-se a São Paulo, desta vez com empenho, fortaleceu a disputa do PSDB com o PT. A direção peessedebista vem resolvendo as divisões internas, obtendo coesão partidária e conquistando terreno na aliança que sustenta Dilma, principalmente no PMDB, como no caso do Estado de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. No entanto, a candidatura Serra se depara com uma importante rejeição no Nordeste e necessita ganhar força no Centro-Oeste. O seu mais importante aliado, o direitista DEM, está em declínio. O escândalo do mensalão no Distrito Federal defenestrou seu único governador.

Ao contrário, desta vez, a candidatura petista não conta com a coesão obtida pelo carisma de Lula. O partido está profundamente oligarquizado. Os interesses regionais se mostram mais imperativos para constituir as alianças eleitorais. O PMDB passou a ser peça chave para eleger Dilma, assim como o foi para Lula governar. Os peemedebistas ficaram com o destino da petista em suas mãos. Puderam ditar para o cargo de vice-presidente Michel Temer. Frustrou a tentativa de interferência de Lula na escolha do nome, dando um ultimato para que a aliança se concretizasse.

Está dada a polarização eleitoral. A questão posta é até quanto o caudilhismo de Lula se imporá sobre as massas para arrastá-las a votar em Dilma. O PSDB arregimentou forças na burguesia suficientes para derrotar a obscura Dilma. Não obstante, depara-se com a ascendência do caudilho, que se apoiando na onda econômica favorável pôde enganar os explorados com o bilionário assistencialismo e controlar a classe operária com a colaboração direta da burocracia sindical. Há um evidente declínio do PT perante as massas, por se igualar aos grandes partidos oligárquicos. Lula pôde mascarar seu governo burguês, pró-grande capital. Mas o seu partido, o PT, não teve como ocultar que abjurou o ideário reformista do governo democrático e popular. A tática de reunir as chamadas forças progressivas no idealizado “campo democrático e popular” descambou em coligações com quadrilhas comandadas pela velha oligarquia dos partidos burgueses, que vai dos sarneístas aos malufistas.

Lula continua como caudilho imaculado, o PT se curva como partido corrupto, vendilhão. Não por acaso, a candidatura de Dilma depende inteiramente do caudilho. A de Serra esbarra principalmente, nesse obstáculo.

4. Nas hostes da burguesia, edificaram-se três candidaturas, que na verdade são duas – a de Marina Silva serve ao PSDB. No campo das esquerdas, são quatro. Dois partidos se reivindicam do trotsquismo (PSTU e PCO), um se diz socialista (PSOL), na verdade socialdemocrata, e outro ostenta o nome comunista (PCB), de fato, estalinista.

A identidade política do PSTU se encontra nas posições de Nahuel Moreno, que primou por revisar o Programa de Transição da IV Internacional e concebeu uma corrente internacional centrista. Na Argentina, o morenismo vicejou por um período e logo se fragmentou em várias tendências. No Brasil, encontrou terreno para progredir.

A noção básica do morenismo é de aglutinar as tendências que se dizem “socialistas” em um partido amplo, com força eleitoral e implantação na burocracia sindical. A tática de frente de esquerda tem a função de aproximar “os socialistas”.

O PSTU é o resultado de um processo de aglutinação nesse sentido, cujo ponto de partida se manifestou na “Convergência Socialista”. Os morenistas estiveram na origem do PT, concebendo-o segundo a posição de partido socialista de Nahuel Moreno. Apoiaram Lula até quando puderam, mesmo depois de expulsos do PT. Por um período, o PSTU fez campanha por uma Frente de Esquerda com o PT, com Lula candidato.

Em 2006, enfileirou-se atrás da candidatura de Heloisa Helena, ex-senadora pelo PT, que veio a formar o PSOL. Com a bandeira de frente de esquerda classista e socialista, o PSTU albergou sua política eleitoral. A candidata do PSOL, apoiada em seu currículo eleitoral no PT, comportou-se como candidata arraigadamente pequeno-burguesa. Fez campanha para arrebanhar votos da classe média, principalmente estudantil. Os 6 milhões de voto foram saudados pelos componentes de esquerda, principalmente pelo PSTU, como o saldo positivo da Frente. Mas a candidata da aliança não expressou o acordo programático e a campanha não foi unitária. Ou seja, a Frente de Esquerda ficou reduzida a convocar as massas a votarem em Heloisa Helena.

A essência desse balanço é importante para se compreender o fracasso da tentativa de se reeditar a frente. Cada uma das correntes tem sua avaliação do passado. Certamente, o fundamental está em que o PSTU, por ser o responsável pela tática da Frente de Esquerda, esconde que o acordo eleitoral de 2006 foi oportunista, baseado puramente em cálculos eleitorais.

A luta para que os explorados votem em candidatos revolucionários é a luta para que as massas entendam e se aproximem do programa. Exatamente o que não poderia ocorrer com uma frente destituída de uma direção marxista. A frente se constituiu a partir da candidatura de Heloisa Helena e não do programa, cuja discussão e aprovação foram para “inglês ver”. Segundo a avaliação do PCB, sequer houve programa. E do PSTU, o PSOL descumpriu o acordo programático. Para o marxismo-leninismo-trotsquismo, o programa é encarnado coletivamente pelo partido. Quaisquer que sejam os candidatos devem estar a ele submetidos. Uma frente implica rigorosa decisão nesta questão, tendo claro que o objetivo é unir aqueles que marcham rumo à revolução, e não aqueles que posam de socialista nas eleições.

Recordemos que os morenistas abriram mão da defesa do cargo de vice-presidência. O PCB também o fez para se igualar ao PSTU e o PSOL ficou com a faca e o queijo nas mãos. Esse foi o resultado da frente de esquerda de 2006. Por que então não foi possível reeditá-la? Devido ao severo balanço do oportunismo, como fariam os marxista-leninista-trotsquistas? Não! A razão está em que Heloisa Helena não aceitou sacrificar sua carreira parlamentar em troca de nova candidatura à presidência. O PSTU reproduziu a defesa veemente de que Heloisa deveria ser a candidata. Criticou o PSOL por aceitar que esta se negasse a acatar uma decisão de Congresso. O morenista José Maria compareceu ao Congresso justamente para defender e apelar para que Heloisa saísse dali consagrada como pré-candidata e assim viabilizasse a frente de esquerda. Fracassou. Sem os 6 milhões de votos e com o PSOL dividido em torno da candidatura de Plínio, que somente vingou depois que frustrou a orientação de apoiar Marina Silva e de armar uma coligação com

o PV, aí sim o PSTU respondeu Não ao chamado de frente de esquerda pelos partidários de Plínio.

O quadro de relação política foi se deprimindo e se tornando deprimente. No momento em que Heloisa Helena havia conduzido o PSOL a se aproximar dos verdes, o proeminente e errático Gabeira selou um acordo no Rio de Janeiro com o PSDB e DEM. É desse pântano que emergiu a candidatura de Plínio. Era tarde para o PSTU e PCB embarcarem na frente de esquerda com uma das dissidências do PSOL. Os morenistas podiam chafurdar até próximo ao pescoço, como chafurdou nas eleições de 2006, mas não além do queixo. Era tempo de levantar a bandeira do programa nas alturas, criticar o reformismo do PSOL, afirmar o socialismo e encher o balão da candidatura de José Maria.

Esse é o fenômeno político mais importante das candidaturas de esquerda. O PCB é uma corrente sem vigor. Está se reestruturando depois de inúmeras cisões. Pretende se apresentar renovado, sem apego completo às teses estalinistas, como indica seu XX Congresso. O PCB não tem como se valer de conquistas passadas, quando em 1946 ganhou a confiança de uma importante parcela das massas, potenciou-se eleitoralmente e constitui uma fração parlamentar. Acontecimento que horrorizou a burguesia nacional e o imperialismo, que trataram de colocá-lo na clandestinidade e cassar os seus mandatos parlamentares. O PCB estalinista, com suas oscilações entre o colaboracionismo burguês e o esquerdismo putchista, esgotou sua vigência histórica. O PCO comparece como uma seita exitista. Perdeu o rumo depois da revisão estratégica operada em função da projeção eleitoral de Lula, quando ainda era corrente interna do PT. Adaptou-se às eleições com a bandeira de governo dos trabalhadores, originalmente defendida pelo morenismo, em substituição ao governo operário e camponês. Para sua direção, dá no mesmo desfraldar um ou outro, depende apenas das circunstâncias e da criatividade. Deformou-se no nascedouro o embrião do partido revolucionário.

Ocorre que a proliferação de candidatos à presidência da República, ostentando o socialismo e o comunismo como siglas, não contribui para a luta pela independência da classe operária diante dos partidos da burguesia e, particularmente, das candidaturas burguesas. Expressa a crise de direção, ou seja, a ausência de um partido comprovado na luta de classe com o programa da revolução proletária. Não há como fugir das leis históricas. O partido se forja constituindo o programa no seio do proletariado, testado na luta de classe. Cumpre a tarefa de formar a direção marxista da revolução proletária. Os atalhos eleitorais para se ganhar projeção, que obrigam adaptar a estratégia à democracia, contrariam o curso de formação e maturação do programa no seio da classe operária e dos demais explorados.

5. O desenvolvimento embrionário do partido operário revolucionário é um enorme obstáculo para a tarefa de auxiliar a classe operária e demais oprimidos a superarem as ilusões democráticas. Somente o partido marxista-leninista-trotsquista tem como combater os partidos, instituições e agentes da burguesia que usam das eleições e do parlamento para preservar e exercer a ditadura de classe da burguesia. Mesmo desmoralizado pela corrupção e por desfechar ataques à vida das massas, o parlamento permite aos partidos capitalistas realizarem manobras de convencimento das massas de que esse é o melhor poder para suas necessidades. Muito dinheiro é despendido pelo Estado e pelos grandes grupos econômicos para sustentar a máquina parlamentar de dominação. As disputas entre governo e oposição criam a esperança entre as massas que a mudança é possível, que uma variante é melhor que outra.

No processo da crise política, aberto com o esgotamento da ditadura militar, e com a ascensão do PT, a bandeira oposicionista era de “votar certo”. Se o desemprego cresce e a miséria recrudescer, a culpa é dos explorados que escolheram os maus políticos – a saída é o “voto consciente”. A Igreja trabalhou amplamente com essa bandeira para levar Lula ao poder. A ausência do partido marxista para intervir sobre as ilusões, atuando nas eleições e elegendo uma fração parlamentar revolucionária, impossibilitou às massas abreviar as experiências com a democracia capitalista e abrir um caminho próprio por meio da luta de classe.

Faz parte da tática comunista a utilização das eleições e do parlamento como tribuna para demonstrar aos explorados que esse aparato é instrumento de dominação da minoria capitalista sobre a maioria trabalhadora. O proletariado evoluirá no terreno da independência de classe com a intervenção do partido em defesa do programa de expropriação da classe capitalista, de defesa das mais elementares condições de vida dos trabalhadores e da estratégia de tomada do poder, por meio da ação direta.

A luta no campo democrático da burguesia para separar os explorados dos exploradores, para afastar a classe operária dos partidos da burguesia e aproximá-la do partido marxista é uma imposição que vem das condições políticas ditadas pela classe capitalista e pelo atraso das massas. Enquanto o proletariado estiver dominado por ilusões eleitorais e parlamentares, não tem como se dirigir como classe organizada contra o Estado, desmontar a ditadura de classe da burguesia e realizar a supressão política do parlamento, substituindo-o pela democracia proletária. A ausência do partido implantado no seio das massas facilita o trabalho dos partidos burgueses de arrastarem os explorados periodicamente para as eleições e perpetuarem o capitalismo.

A burguesia somente admitirá que o partido marxista atue com seu programa e tática por imposição das massas. A presença das esquerdas nas eleições não constitui ameaça. Apresentam-se como caricatura do socialismo. Mesmo assim, atua no sentido de limitar mais ainda o seu espaço. Obtiveram o registro legal e o conservam, adaptando-se pela esquerda à democracia. As correntes que se reivindicam do trotsquismo dariam um passo progressivo se constituíssem a frente revolucionária, com um programa de independência política e de luta de classe. Permitiria, por meio da experiência, da luta política, separar a fração disposta a formar o partido marxista-leninista-trotsquista da fração centrista, oportunista. Nas condições de calma e de supremacia das ilusões democráticas, acaba por prevalecer nas esquerdas o centrismo, que se mascara de marxismo.

O POR decide pelo voto nulo, defendendo o programa e a construção do partido.

26 de maio de 2010